

Exclusão das referências temáticas e Bibliografias do Projeto Coletivo D-04 - O MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO PENAL, no qual não há vagas para Mestrado, bem como para o Doutorado no Processo Seletivo 2025.

LINHA DE PESQUISA 2
DIREITOS HUMANOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO:
FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE

D-01 - PROJETO COLETIVO A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DAS DECISÕES JUDICIAIS. AS GARANTIAS JUDICIAIS COMO DIREITOS HUMANOS

Referências temáticas

- 1) Normas fundamentais do Processo Civil
- 2) Tutelas jurisdicionais: clássicas (declaratória, constitutiva e condenatória) e diferenciadas (tutelas provisória, inibitória e específica)
- 3) Negócios processuais
- 4) Jurisprudência e precedentes no processo civil
- 5) Recursos constitucionais: recurso especial e recurso extraordinário
- 6) Gerenciamento e gestão processuais e efetividade do processo civil
- 7) Preclusão, coisa julgada e ação rescisória
- 8) Processo de execução e cumprimento de sentença
- 9) Processo coletivo e processo estrutural.
- 10) Métodos consensuais de resolução de conflitos

Referências bibliográficas

ANDRADE, Érico. A atuação judicial e o contraditório: o art. 10 do CPC/2015 e as consequências da sua violação. Revista de Processo, vol. 283, set/2018, pp. 55-106.

ANDRADE, Érico. A contratualização do processo. In: Fernando Gonzaga Jayme, Gláucio Maciel Gonçalves, Juliana Cordeiro de Faria, Marcelo Veiga Franco, Mayara de Carvalho Araújo, Suzana Santi Cremasco. (Org.). Processo Civil Brasileiro - Novos Rumos a partir do CPC/2015. 1ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2016, v. 01, p. 47-65.

ANDRADE; Érico; THEODORO JÚNIOR, Humberto. Impactos da Constituição Federal na evolução do processo civil in 30 Anos da Constituição Federal e o Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Gen, 2018, p. 303-355.

ANDRADE, Érico. Gestão processual flexível, colaborativa e proporcional: cenários para implementação das novas tendências no CPC/2015. Rev. Fac. Direito UFMG, n. 76, jan/jun 2020, pp. 183-212.

ANDRADE, Érico. As novas perspectivas do gerenciamento e da "contratualização" do processo. Revista de Processo, v. 193, p. 167-199, 2011.

ARAUJO, M. C.; SOUZA, C. M. G.; JORGE, A. C. R.; JAYME, Fernando Gonzaga. A atuação do advogado na autocomposição de conflitos de acordo com o novo CPC e a Lei de Mediação. Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, v. 53, p. 59, 2016.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONATO, Giovanni. Algumas considerações sobre coisa julgada no Novo Código de Processo Civil brasileiro: limites objetivos e eficácia preclusiva. Revista de Processo Comparado - RPC, São Paulo, Revista dos Tribunais, ano 1, vol. 2, jul-dez 2015, p. 121- 143.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Etica e tecnica del giusto processo. Milão: G. Giappichelli, 2004.

GONCALVES, G. F. M.; GOUVÊA, A. L. de. A proteção jurisdicional dos direitos da personalidade nos casos de urgência: a tutela inibitória no novo Código de Processo Civil. In: Francisco Antônio de Barros e Silva Neto, Frederico Augusto Leopoldino Koehler, Leonardo Carneiro da Cunha, Roberto Paulino de Albuquerque Júnior, Venceslau Tavares Costa Filho. (Org.). Relações e influências recíprocas entre direito material e direito processual. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2017, v. 1, p. 163-182.

GONCALVES, G. F. M. A calendarização do processo e a ampliação do prazo de defesa no CPC de 2015. In: Fernando Gonzaga Jayme; Renata Christiana Vieira Maia; Ester Camila Gomes Norato Rezende; Helena Lana. (Org.). Inovações e modificações do Código de Processo Civil - avanços, desafios e perspectivas. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 97-109.

GONCALVES, G. F. M. Direito e Tempo. In: Jayme, Fernando Gonzaga; Faria, Juliana Cordeiro de; Lauer, Maira Terra. (Org.). Processo civil: novas tendências: homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2011, v. 1, p. 281-293.

GONCALVES, G. F. M.; DUTRA, V. B. Apontamentos sobre o novo incidente de resolução de demandas repetitivas do Código de Processo Civil de 2015. Revista de Informação Legislativa, v. 208, p. 189-202, 2015.

GONCALVES, G. F. M. A Organização dos Tribunais e a Gestão do Tempo. Revista do Instituto do Direito Brasileiro da Universidade de Lisboa, v. 12, p. 7521-7546, 2012.

GONCALVES, G. F. M.; ASSIS, G. B. P. O prospective overruling nas Supremas Cortes brasileiras: a possibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões revogadoras de precedentes

consolidados à luz da dogmática jurídica moderna e do novo Código de Processo Civil - CPC/2015. Revista de Processo, v. 258, p. 357-385, 2016.

JAYME, Fernando G. Manual de Direito Processual Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 2023.

JAYME, Fernando G. MENDES, Aluísio. NUNES, Dierle. A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015 JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V. O princípio do contraditório no Projeto do novo Código de Processo Civil. Revista de Processo, v. 227, p. 221-243, 2014.

JAYME, Fernando Gonzaga; SOUZA, C. M. G. (Org.); SCHMIDT, M. H. F. M. (Org.); PEREIRA, R. A. G. C. (Org.). Mediação de Conflitos: a emergência de um novo paradigma. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2016. v. 1. 280p.

JAYME, Fernando Gonzaga; GONÇALVES, Gláucio Maciel; MAIA, Renata Christiana Vieira. Teoria Geral dos Recursos Cíveis. In: JAYME, F.G.; MAIA, R.C.V.; REZENDE, E.N.V. (Org.). INOVAÇÕES E MODIFICAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. 1, p. 369-412.

JAYME, Fernando Gonzaga; FRANCO, M. V.. O princípio do contraditório no Projeto do novo Código de Processo Civil. Revista de Processo, v. 227, p. 221-243, 2014.

JAYME, Fernando Gonzaga; MAIA, Renata Christiana Vieira; LIPIENSKI, Marcos Vinicius. A resiliência jurisprudencial na observância do dever de fundamentação das decisões. In: JAYME, Fernando Gonzaga; MENDES, Aluisio; NUNES, Dierle. (Org.). A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 1, p. 401-414.

MAIA, Renata C. Vieira. A identidade física do juiz como princípio consectário do processo cooperativo. In: Paulo Henrique Santos Lucon; Juliana Cordeiro de Faria; Edgard Audomar Marx Neto; Ester Camila Gomes Norato Rezende. (Org.). Processo Civil Contemporâneo - Homenagem aos 80 anos do professor Humberto Theodoro Júnior. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2018, v. 1, p. 222-237. NUNES, Dierle, et alli. Novas tendências do processo civil: estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil. Vols. I a III. Salvador: Juspodium.

NUNES, Dierle José Coelho; ANDRADE, Érico. Os contornos da estabilização da tutela provisória de urgência antecipatória no Novo CPC e o mistério da ausência de formação da coisa julgada. In: Didier Jr, Fredie; Macêdo, Lucas Buriel; Peixoto, Ravi; Freire, Alexandre. (Org.). Coleção Novo CPC - Doutrina

Selecionada - Procedimentos Especiais, Tutela Provisória e Direito Transitório. 1ed.Salvador: Jus Podium, 2015, v. 4, p. 61-93.

PISANI, Andrea Proto. Le Tutele Giurisdizionali dei Diritti: Studi. Napoli: Jovene Editore, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. O Processual Civil Brasileiro: No Limiar do Novo Século. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VITORELLI, Edilson. Processo civil estrutural – teoria e prática. 5ª ed. Salvador: Juspodium, 2024.

D-02 - PROJETO COLETIVO ACESSO À JUSTIÇA PELA VIA DIREITOS, SOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS, JUSTIÇA DIGITAL, PROCESSOS E DIREITOS COLETIVOS

Referências temáticas

- 1) Acesso à Justiça no Brasil para além da concepção liberal: a via dos direitos
- 2) Acesso à Justiça pela via Direitos e Tecnologia
- 3) Das mediações: entre judicialização e desjudicialização
- 4) Solução de conflitos, Adequação de Meios, Desenho de Sistemas de Disputas, ODR's - Resolução de Conflitos "On Line"
- 5) PONTO 5. Processos e Direitos Coletivos
 - 5.1) A Evolução Histórica das Ações Coletivas no Direito Comparado, na Formação do Sistema Integrado de Tutela aos Direitos Coletivos Brasileiro e as Principais Discussões dos Novos Projetos de Lei que Propõem Alterações na Regulação das Ações Coletivas no Brasil;
 - 5.2) O Funcionamento do Sistema Integrado de Tutela aos Direitos Coletivos Brasileiro sob o Viés Constitucional e à Luz da Teoria do Diálogo das Fontes;
 - 5.3) Direito Material e Coletivo e a Judicialização de Políticas Públicas no Âmbito do Processo Coletivo e Estrutural como Formas de Efetivação da Tutela de Direitos Fundamentais e Sociais;
 - 5.4) Identificação, Características e Controvérsias quanto à Legitimação Ativa e a Atuação dos Legitimados Extraordinários em Defesa dos Direitos das Coletividades e das Minorias Vulneráveis;
 - 5.5) Aspectos Controvertidos sobre a Competência e as Regras de Prevenção na Sistemática Processual Brasileira de Defesa aos Direitos Coletivos Lato Sensu, e os Institutos Processuais da Conexão, Continência e Litispendência;
 - 5.6) Extensão da Coisa Julgada e a Execução das Sentenças Coletivas no Sistema Integrado de Tutela das Coletividades no Brasil e seus Fundamentos Frente as Classificações, Legal e Doutrinária, quanto as Espécies de Direitos e Litígios Coletivos;
 - 5.7) A Recomposição do Dano Patrimonial e/ou Moral Coletivo: Possibilidades, Finalidades e Controvérsias Enfrentadas pela Doutrina e Prática Processual Coletiva.
 - 5.8) Novos Paradigmas sobre a Identificação Conceitual e Relacional, a Flexibilidade e Estabilidade das Decisões Judiciais e Extrajudiciais nos Processos Coletivos Comuns e nos Estruturais.

Referências bibliográficas

PONTO 1. Acesso à Justiça no Brasil para além da concepção liberal: a via dos direitos

ARESE, César. Acceso a la tutela judicial efectiva laboral en países de América del Sur. Ginebra: Documento de Trabajo de La Oit 10, 2020. 105 p.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie e GOMES, Lilian. Cartografia da Justiça no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013, 216 p.

CAPPELLETTI, Mauro. Processo, Ideologias e Sociedade. Volume 1: Capítulo: “Acesso a Justiça: Acesso a Justiça como Programa de Reforma e como Método de Pensamento”. Volume 2: Seção II – números 3 e 4. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2010.

DELGADO, Maurício Godinho. PORTO, Lorena Vasconcelos. Welfare State: Os Grandes Desafios do Estado de Bem-Estar Social. Capítulos 1, 3 e 4. São Paulo: LTr, 2019, 312 p.

FERRAZ, Leslie Shérída (Coord.). Repensando o acesso à Justiça no Brasil: estudos internacionais. / Volume 2 – – Institutos inovadores /– Aracaju: Evocati, 2016. 281p.

FRASER, Nancy. Justiça Interrompida: reflexões críticas sobre a condição pós-socialista. Parte 1 e Parte 2. Tradução Ana Claudia Lopes, Nathalie Bressiani. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARONA, Marjorie. Acesso à qual justiça? [manuscrito]: a construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal - 2013. Orientador: Leonardo Avritzer. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9M4L5G>

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Acesso à Justiça pela Via dos Direitos Trabalhistas. https://www.academia.edu/49266501/ACESSO_A_JUSTICA_PELA_VIA_DOS_DIREITOS_TRABALHISTAS

PEDROSO, João António Fernandes. Acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em (des)construção: O caso do acesso ao direito e à justiça da família e das crianças - 2011. Orientador: Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos. Dissertação de Doutoramento em Sociologia do Estado, do Direito e da Administração, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/22583/1/Tese_Joao%20Pedroso.pdf

SILVA, Nathane Fernandes. O Diálogo dos Excluídos: A mediação informativa como instrument de ampliação do acesso à justiça pela via dos direitos no Brasil. Lumen Iuris, São Paulo, 2018, 220p.

PONTO 2 . Tecnologia, Acesso à Justiça pela via Direitos e ODR's – Resolução de Conflitos “On Line”.

CARELLI, Rodrigo de; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da. Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade – Brasília: ESMPU, 2020. 472 p.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie e GOMES, Lilian. Cartografia da Justiça no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2013, 216 p.

MALONE, Hugo; NUNES, Dierle. Manual de Justiça Digital: Compreendendo a Online Dispute Resolution e os Tribunais Online. São Paulo: Editora JusPODIVM, 2022, 368 p.

NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro. Inteligência Artificial e Direito Processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual. 2a ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

NUNES, Dierle. Novos Designs Tecnológicos no Sistema de Resolução de Conflitos: ODR, E-Acesso à Justiça e seus Paradoxos no Brasil..https://www.academia.edu/45607938/NOVOS_DESIGNS_TECNOLÓGICOS_NO_SISTEMA_DE_RESOLUÇÃO_DE_CONFLITOS_ODR_E_ACESSO_À_JUSTIÇA_E_SEUS_PARADOXOS_NO_BRASIL?auto=citations&from=cover_page

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. LEME, Ana Carolina Reis Paes. Acesso Tecnológico à Justiça no Contexto da Sociedade em Rede: Compartilhando (in)Justiça. In: Conpedi Law Review. Volume 3. Edição 2. Páginas 202-218. <https://indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3728>

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Jurimetria e Predição: Notas sobre Uso dos Algoritmos e o Poder Judiciário. In: RDUndo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UnoChapecó. Volume 3. Edição 4. Páginas 33-50.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena, JÚNIOR, José Eduardo de Resende Chaves e MENEZHINI, Nancy Vidal. Trabalhadores Plataformizados e o Acesso à Justiça Pela Via dos Direitos: Regulações e Lutas Em Países das Américas, Europa e Ásia Voltadas Ao Reconhecimento, Redistribuição e Representação. Belo Horizonte, 2021: Editora Expert.

RODRIGUES, Bruno Alves. A Inteligência Artificial no Poder Judiciário e a Convergência com a Consciência Humana para a Efetividade da Justiça. Editora Revista dos Tribunais, 2021. 312 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. In: Sociologias, n.13, Porto Alegre. jan.-jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/BwzYH8TjfdfPnCjZQfjyZRj/?lang=pt>

PONTO 3. Das Mediações

BONAFE-SCHMITT, J-P. (2012). Os modelos de mediação: modelos latinos e anglo-saxões de mediação. Meritum – Revista de Direito da Universidade FUMEC, v. 7, n. 2, jul- dez 2012, p. 181-227.

GALANTER, Marc. Por que 'quem tem' sai na frente: especulações sobre os limites da transformação no direito. Trad. Ana Carolina Chasin. São Paulo: 2014. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25816/Por%20que%20%27quem%20tem%27%20sai%20na%20frente.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GUILLAUME-HOGNUNG, M. (2018). A mediação. Belo Horizonte: RTM.

NICACIO, Camila Silva. Desafios e impasses aos meios consensuais de tratamento de conflitos. https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38263067/CSN_Desafios_e_impasses_a_mediacao-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1625584784&Signature=aaJWZC2AS8pTC8V8cneXlib34~U9TFuQ7PrKEg-gHKjHZ85~kK1q384wJ~dtcqXxqC-BDuYh0fA1wSniDug8kv7KpUHYRAnVH8SkD3WLMDjox-N5Eas6e7XvFI0~2vJw9kCuRNdKbWw-sC3QT24EMc57RgCVE53kQLjtNxicczq6ujEMjBsoDqvReN-eC2pX~Hv1~UF4hioWseX1qjKPTa5vWZLI6htKKukPYv8yeVBnskOvDwnXUXDHS3z9daYpvBlfTzDsIYymgTtQa7ZvwSWGMWBhzl9BXihLbo2RwMaOk8MkX0~rnPYRp2eDpHepal1Q4eDejNHjOLW71AE5A_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

NICACIO, Camila Silva. Direito e mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Impresso), v. 59, p. 11-56, 2011.

NICACIO, Camila Silva. Mediação de Conflitos e Emergência Normativa. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 73, pp. 141-171, jul./dez. 2018. DOI: 10.12818/P.0304-2340.2018v73p14. <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/issue/view/138>

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Nathane Fernandes. Entre a promessa e a efetividade da mediação: uma análise da mediação no contexto brasileiro. Revista Jurídica da Presidência. Volume 18. Edição 115. Páginas 331-356. https://scholar.google.com.br/citations?user=nhngIIIAAAJ&hl=pt-BR#d=gs_md_cita-d&u=%2Fcitations%3Fview_op%3Dview_citation%26hl%3Dpt-BR%26user%3DnhngIIIAAAJ%26citation_for_view%3DnhngIIIAAAJ%3AaqIVkmm33-oC%26tzom%3D180

SILVA, Nathane Fernandes. O Diálogo dos Excluídos: A mediação informativa como instrument de ampliação do acesso à justiça pela via dos direitos no Brasil. Lumen Iuris, São Paulo, 2018, 220p.

SIX, Jean-François. Dinâmica da Mediação. 2001. Belo Horizonte: Del Rey. 10) SUARES, Marines. Mediación: Conducción de disputas, comunicación y técnicas. Buenos Aires: Paidós, 1996.

PONTO 4. Solução de conflitos, Adequação de Meios e Desenho de Sistemas de Disputas,

ADLERT, Robert S. SILVERSTEINT, Elliot M. When David Meets Goliath: Dealing with Power Differentials in Negotiations. Harvard Negotiation Law Review, 2000, 5, 1–112. 2) ARBIX, Daniel do Amaral. Resolução online de controvérsias: tecnologias e jurisdições. São Paulo: Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da USP, 2016. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-01092016-154830/publico/Doutorado_Arbix_3mar15_INTEGRAL.pdf

GALANTER, Marc. Por que 'quem tem' sai na frente: especulações sobre os limites da transformação no direito. Trad. Ana Carolina Chasin. São Paulo: 2014.
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/25816/Por%20que%20%27quem%20tem%27%20sai%20na%20frente.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GALANTER, Marc. Reading the landscape of Disputes: what we know and don know (and think we know) about our allegedly contentious and litigious Society. UCLA Law Review, october 1983, 31. UCLA L. Rev.4

YARSHELL, Flávio Luiz; COSTA, Susana Henriques da; FRANCO, Marcelo Veiga (Coord.). Estudos em homenagem ao Professor Marc Galanter. 2021.

NUNES, Dierle; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; WOLKART, Erik Navarro. Inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual. 2. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. Intercondições e formas de solução de conflitos: abordagem e tratamento adequado face a centralidade consensual sistêmica a partir da Resolução 125/CNJ.https://www.academia.edu/49621351/Intercondi%C3%A7%C3%B5es_e_formas_de_solu%C3%A7%C3%A3o_de_conflictos_abordagem_e_tratamento_adequado_face_a_centralidade_consensual_sist%C3%AAmica_a_partir_da_Resolu%C3%A7%C3%A3o_125_CNJ

ROMÃO, José Eduardo Elias. Justiça Procedimental - a pratica da mediação na teoria discursiva de Jürgen Habermas. Brasília: Maggiore, 2005.

SELA, Ayelet. The effect of online technologies on dispute resolution system design: antecedents, current trends and future directions. Lewis & Clark Law Review 633 (2017), Bar Ilan University Faculty of Law Research Paper No. 18-03.
https://www.researchgate.net/publication/335125466_THE_EFFECT_OF_ONLINE_TECHNOLOGIES_ON_DISPUTE_RESOLUTION_SYSTEM_DESIGN_ANTECEDENTS_CURRENT_TRENDS_AND_FUTURE_DIRECTIONS

SOLER, Raul Calvo. Mapeo de Conflictos. Técnica para la exploración de los conflictos. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 2014.

PONTO 5. Processos e Direitos Coletivos

CABRAL, Antônio do Passo. Convenções Processuais: teoria geral dos negócios jurídicos processuais. 4ª ed. (rev., atual. e ampliada) São Paulo: Editora JusPodivm, 2023. 512 p.

CHIUZULI, Danieli et ASPERTI, Maria Cecília de Araújo (Coord.). Acesso à Justiça e a Tutela Coletiva de Direitos: análise dos projetos de lei 4.441/20; 4778/20; e 1641/21, que propõem alterações na

regulação das ações coletivas no Brasil. (Clínica de Acesso à Justiça da FDV Direito SP.- direitos.fgv.br) Dez/21. 85 p.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes; OLIVEIRA, Raphael Alexandria. Elementos para uma Teoria do Processo Estrutural Aplicada ao Processo Civil Brasileiro. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, n. 75, p. 101-136, jan./mar. 2020.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. Os Processos Coletivos nos Países de Civil Law e Common Law: uma análise de direito comparado. 2ª ed. Rev. e Atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011. 464 p.

GIDI, Antônio; TESHEINER, Jose Maria; THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau (org.) Processos Coletivos: ação civil pública e ações coletivas. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015. 247 p.

MARQUES, Cláudia Lima et MIRAGEM, Bruno. Diálogo das Fontes: novos estudos sobre a coordenação e aplicação das normas no direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau (Coord.); ALVARENGA, Samuel (Org.). Direito e Processo Coletivo: diálogos interdisciplinares. Belo Horizonte: Editora Vorto, 2019. 302 p.

VIOLIN, Jordão. Processos Estruturais na Perspectiva Comparada: a experiência Norte- Americana na resolução de litígios policêntricos. Salvador: Editora Juspodivm, v. 1, 2023. 304 p.

VITORELLI, Edilson. O Devido Processo Legal Coletivo: dos direitos aos litígios coletivos. 3ª ed. Revista e ampliada (Coleção o novo processo civil - Coord. MARINONI L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D.). São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2022. 680 p.

VITORELLI, Edilson; ZANETI JR, Hermes (Coord.). Casebook de Processo Coletivo: Estudos a Partir de Casos. Volume 1: Técnicas Extrajudiciais de Tutela Coletiva e Temas Especiais. São Paulo: Almedina, 2020, 580 p. E, Volume 2: Tutela Jurisdicional Coletiva. São Paulo: Almedina, 2020, 512 p.

D-03 - PROJETO COLETIVO ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Referências temáticas

- 1) Transformações do constitucionalismo ocidental: Neoconstitucionalismo: constitucionalismo principialista (“noeconstitucionalismo”) e constitucionalismo garantista.
- 2) “Do estado de direito ao Estado Constitucional: do direito por regras ao direito por princípios” e o papel do Poder Judiciário na teoria constitucional de Gustavo Zagrebelsky.
- 3) O Poder Judiciário com agente de transformação social. As cortes constitucionais como espaço de promoção dos direitos humanos. A experiência paradigmática da Corte Constitucional Colombiana: a sentença T-025 (2004).
- 4) Administração da justiça econômica: fundamentos teórico-constitucionais do controle constitucional da compatibilidade das políticas públicas com obrigações jurídicas (inconstitucionalidade sistêmica) afetas aos direitos socioeconômicos.
- 5) A função política e de governo do Supremo Tribunal Federal: controle constitucional de políticas públicas econômicas(?).
- 6) O Sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista- Sistema Ninter como instrumento de participação dos sindicatos na administração da justiça. O papel de tais instituições nas políticas de tratamento adequado dos conflitos laborais instituídas pela Resolução 174/16, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).
- 7) A cooperação judiciária como estratégia de administração da justiça na organização judiciária brasileira: dimensões processual e extraprocessual. (NCPC/2015; Recomendação 38 do CNJ).
- 8) Constituição econômica como extensão da constituição política: controle judicial de políticas públicas (econômicas) como instrumento de promoção dos direitos fundamentais?

Referências bibliográficas

PIETRO SANCHIS, Luis. El constitucionalismo de los derechos: ensayos de filosofía Jurídica. Madrid: Trotta, 2013 (5 primeiros capítulos).

ZAGREBELSKY, Gustavo. El Derecho dúctil. Trad. Marina Gascón. 6. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005. “Del estado de derecho al estado constitucional” p 21-41; “El derecho por principios” p. 109- 126.

GARAVITO, César Rodrigues. La globalización del estado de derecho – El neoconstitucionalismo, el neoliberalismo y la transformación institucional en América Latina. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Derecho, Centro de Investigaciones Sociojurídicas, Ediciones Uniandes, 2008.

GARAVITO, César Rodriguez; FRANCO, Diana Rodriguez. Cortes y cambio social – Cómo la Corte Constitucional transformó el desplazamiento forzado en Colombia. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2010. (Capítulo 1, Las cortes y el cambio social estructural).

OSUNA, Néstor. “Las sentencias estructurales. Tres ejemplos de Colombia” IN BAZAN, Víctor. Justiça constitucional y derechos fundamentales – la protección de los derechos sociales. Las sentencias estructurales. Bogotá: FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER, 2015. pp. 91-116.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; GONÇALVES, Gabriel Accioly. Inconstitucionalidade sistêmica e multidimensional: transformações no diagnóstico das violações à Constituição, in Revista Juris Poiesis ano 18, nº 18, jan-dez.2015 ISSN 1516-6635, pp. 130-159.

PUGA, Marilea. El litigio estrutural, IN Revista de Teoría del derecho de la Universidad de Palermo, Año I, nº2, noviembre de 2014.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle judicial de políticas públicas: sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo, IN Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, p. 387-408, julho/dezembro de 2013.

COMISIÓN INTERNACIONAL DE JURISTAS. Los tribunales y la exigibilidad legal de los derechos económicos, sociales y culturales – experiencias comparadas de justiciabilidad. Ginebra: CIJ, 2009. (Capítulo V – El papel de los tribunales en la determinación de la compatibilidad de las políticas sociales con obligaciones jurídicas, pp. 85- 102).

TAVARES, André Ramos. Justiça Constitucional e suas funções, IN Revista de Informação Legislativa, Brasília a. 43 n. 171, jul/set/2006, pp. 19-47

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Pressupostos filosóficos e político-constitucionais do sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista – teoria e prática da razão dialógica e do pensamento complexo na organização do trabalho e na administração da justiça: democracia integral e ética de responsabilidade social. São Paulo: LTr, 2014, (Capítulo I).

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. O sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista: Do fato social ao instituto jurídico: uma transição neoparadigmática do modelo de organização do trabalho e da administração da justiça. 1. ed. São Paulo: LTr, 2014. v. 2. (Capítulos 4 e 5)

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Modificações Relativas à Extinção do contrato de trabalho instituídas pela lei n. 13.467/2917: dispensa individual e coletiva, distrato e direitos rescisórios (Item 5. O procedimento de jurisdição voluntária para homologação judicial de acordos extrajudiciais), in HORTA, Denise Alves; FABIANO, Isabela M. de Alcântara; KOURY, Luiz Ronan Neves; OLIVEIRA, Sebastião Geraldo (coords.). Direito do trabalho e processo do trabalho. São Paulo: LTr, 2017, pp. 249-260.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de; JUNIOR, José Eduardo de Resende Chaves. “Cooperação judiciária na administração da justiça e no processo do trabalho”, IN SOUZA, COLONAGO, Lorena de Mello Rezende. Processo do trabalho atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, pp. 264-302 (Itens 1,2,3).

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E SEU f) PROPOSTA DE “REGULAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA”. Disponível em:< http://media.wix.com/ugd/e5d4a8_41c4e9bf6a63442653296df518410994.pdf >.

VITAL, Moreira. “Economia e Constituição – para o conceito de constituição econômica” (Cap. V: Constituição econômica e constituição política), Boletim de Ciências Econômicas (Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra – Volume XIX, 1976.

BERCOVICI, Gilberto. Constituição econômica e desenvolvimento – leitura a partir da Constituição de 1988. São Paulo: Malheiro, 2005 (Capítulos 1 e 2).

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle Judicial de Políticas Públicas: sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo, Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 387-408, julho/dezembro de 2013.

D-05 - PROJETO COLETIVO PRODUÇÃO DO DIREITO, INTERLEGALIDADE E DISCURSIVIDADE

Referências temáticas

- 1) Modos de resolução de conflitos, juridicidade e diálogo intercultural.
- 2) Abordagens etnográficas: produção do direito, direitos humanos e minorias.
- 3) Religião, direito e espaço público.
- 4) Legística e Avaliação Legislativa: Métodos, desafios e boas práticas.
- 5) Linguagem Simples e Decodificação da Linguagem da Lei.
- 6) Elaboração Normativa, tecnologia e comunicação.
- 7) Formação do direito, opinião pública e mass media: Linguagens, oralidade e escrita em tempos interconectados.
- 8) O conhecimento do direito e a tradução pelos meios de comunicação.
- 9) Legisprudência, Ciência da Legislação, Teoria da Legislação.

Referências bibliográficas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Legística: Qualidade Da Lei e Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2009.

ATIENZA, Manuel. *Contribución a uma teoria de la Legislación*. Civitas: Espanha, 1997.

BASTIT, Michel. *Nascimento da Lei Moderna: O pensamento da lei de Santo Tomás a Suarez*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, Martins Fontes: São Paulo, 2010.

BENTHAM, Jeremy. *Nomography or the art of inditing laws*, 1843.

BLACK, Julia. Procedimentalizando a Regulação: Parte I. In: MATTOS, Paulo Todescan Lessa (Coord.). *Regulação Econômica e Democracia: O Debate Europeu*. São Paulo: Editora 34, 2004.

CANOTILHO, José Gomes. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, volume LXIII, Coimbra, 1987.

CARNEGEM, R. C. van. *Juízes, Legisladores e Professores*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CAUPERS, João. Relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de uma disciplina de Metodologia da legislação. In: *Legislação, Cadernos de Ciência da Legislação*, n. 35, Outubro-Dezembro 2003, pp. 6 – 58.

CHASE, Oscar. Direito, cultura e ritual: sistemas de resolução de conflitos no contexto da cultura comparada. Tradução: Sergio Arenhart, Gustavo Osna. Imprensa: São Paulo, Marcial Pons, 2014 (cap. 1, 2 e 3).

DELLEY, Jean-Daniel; FLÜCKIGER, Alexandre. *A Elaboração Racional Do Direito Privado: Da Codificação à Legística*. Tradução: Paulo Roberto Magalhães. Revisão da tradução: Maria Lina Soares Souza. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 9, n. 14, p. 35-58, jan./dez. 2007.

GAAKEER, J. The Perplexity of Judges Becomes the Scholar's Opportunity. *German Law Journal*. 2017;18(2):331-362. <https://doi.org/10.1017/S2071832200021982>

GARCÍA AMADO, Juan Antonio. Razón Práctica y Teoría de la Legislación. *Derechos y Libertades: Revistadel Instituto Bartolomé de las Casas*, año 5, n. 9, 2000, pp. 299-318.

GIUMBELLI, Emerson. A Presença do Religioso no Espaço Público: Modalidades no Brasil. *Religião & Sociedade*, v. 28(2), p. 80-101, 2008.

HUNT, Lynn. *Inventing human rights*. New York e Londres, W.W. Norton et Cie, 2007 (Introdução, cap. 1, 2, 3 e 4).

LATOURE, Bruno. *A fabricação do direito: um estudo de etnologia jurídica*. São Paulo: Editora UNESP, 2019 (Capítulos 4, 5 e 6).

LEVI-FAUR, David; MOR, Guy. Legislation and regulation: three analytical distinctions. *The Theory and Practice of Legislation*, v. 7, n. 3, 2019, pp. 169-178.

LOPES, Mônica Sette. Juristas e jornalistas: impressões e julgamentos. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 45 n. 180 out./dez. 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176565/000860609.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

LOPES, Mônica Sette. *Direito e Comunicação: uma perspectiva caleidoscópica*. São Paulo: Dialética, 2023.

MADER, Luzius. Avaliação prospectiva e análise do impacto legislativo: tornam as leis melhores? *Legislação*, no 42/43, janeiro-junho 2006, pp. 177 –191.

MADER, Luzius. Legislação e jurisprudência. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 9, n.14, 2007, pp. 193-206.

MARCILLA CÓRDOBA, Gema. *Racionalidad Legislativa: Crisis de la ley y nueva ciência de la legislación*. Madrid: Centro de Estudios Políticos Constitucionales, 2005. (Capítulos 1, 2 e 3).

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil, *Novos Estudos*, Cebrap, 74, março 2006.

MORAND, Charles-Albert. *Légistique Formelle et Matérielle*. Aix-en-Provence, Presses universitaires d'Aix-Marseille, 1999.

NASCIMENTO, Roberta Simões. O argumento da intenção do legislador: anotações teóricas sobre uso e significado. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 58, n. 232, p. 167-193, out./dez. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/232/ril_v58_n232_p167.pdf

NASCIMENTO, Roberta Simões. *Teoria da legislação e argumentação legislativa: Brasil e Espanha em perspectiva comparada*. Curitiba: Alteridade, 2019.

NICÁCIO, Camila S. *Direito, mediação e emergência normativa*. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2023. v. 1. (p. 249-355).

SARDAN, JP. Olivier de. *La politique du terrain*, Enquête [En ligne], 1 | 1995, mis en ligne le 10 juillet 2013, consulté le 24 mai 2024. URL: <http://journals.openedition.org/enquete/263>; DOI: <https://doi.org/10.4000/enquete.26>

SOARES, Fabiana de Menezes Soares. *Produção do direito e conhecimento da lei à luz da participação popular e sob o impacto da tecnologia da informação*. Tese de Doutorado. UFMG: Belo Horizonte.2002 <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-96WPB6>>.

SOARES, Fabiana de Menezes; HERMONT, Thiago; MAGALHÃES, Paula Gomes de (orgs.). *Avaliação legislativa no Brasil: efeitos da Emenda Constitucional nº 109, art. 37, § 16*. Belo Horizonte: Dialética, 2023. 248 p.

SOARES, Fabiana de Menezes; KAITEL, Cristiane; PRETE, Eyng Kulkamp Esther (Org.), *Estudos em Legística*, Tribo da Ilha, Florianópolis: 2019.

WINTGENS, Luc J. *Legisprudence: Practical Reason in Legislation*. University of Brussels, Belgium, 2012.

ZAPATERO, Virgilio. De la jurisprudencia a la legislación. *Doxa*, n. 15-16, 1994, pp. 769-78.

D-06 - PROJETO COLETIVO JUSTIÇA SOCIOESPACIAL, DIREITO À CIDADE E AO TERRITÓRIO

Referências Temáticas

- 1) Direito à Cidade;
- 2) Política Urbana;
- 3) Direito à Moradia Adequada;
- 4) População em Situação de Rua.

Referências Bibliográficas

ACSERALD, Henri. Discursos da sustentabilidade. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº01, p. 79-90, mai. 1999. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27>>.

ASSUNÇÃO, Clara et al. Observatório de remoções: uma década de avanços e desafios epistêmicos e metodológicos. São Paulo: LabCidade FAUUSP, 2024. Disponível em: <<https://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2024/04/Relatorio-Observatorio-de-Remocoes-1.pdf>>.

DIAS, André Luiz Freitas; OLIVEIRA, Lucas Furiati de. Violências de mercado e de Estado no contexto do Empreendimento Minerário Minas-Rio, Conceição do Mato Dentro – MG, 2015 a 2017. São Carlos: Scienza, 2018. Disponível em: <https://polosdecidadania.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Miolo_Viol%C3%AAs_Mercado.zip>.

DIAS, André Luiz Freitas; MAYOS, Gonçal (Org.). Violaciones de derechos humanos, poder y Estado. Jundiaí, SP: Paco Editorial. 2018.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; CALIXTO, Juliano dos Santos (Org.) As ocupações urbanas e o direito fundamental à moradia adequada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/53urbanas>>.

GAIO, Daniel (Org.). Remoções forçadas e a administração pública. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2020. Disponível em: <<https://pergamum.bu.ufmg.br/pergamumweb/vinculos/000023/000023e8.pdf>>.

GAIO, Daniel. Ciudad Compacta y Sustentabilidad. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira; DINIZ, Pedro Ivo Ribeiro (Org.). Agenda 2030 y el Desarrollo Sostenible em el contexto Latinoamericano. Belo Horizonte: Centro de Direito Internacional, 2021, p. 139-153. Disponível em:

<<https://www.kas.de/documents/273477/11528179/AGENDA+2030+Y+EL+DESARROLLO+SOSTENIBLE+EN+EL+CONTEXTO+LATINOAMERICANO.pdf/d2122f27-9a5f-46b8-6156-1094dbbc5daf?version=1.0&t=1612290620466>>.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Belo Horizonte: D'Placido, 2016.

GUSTIN, Miracy B. S. Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MADDEN, David; MARCUSE, Peter. En defensa de la vivienda. Madrid: Capitain Swing, 2018.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

PONCE SOLÉ, Juli. Derecho urbanístico y segregación espacial. Las relaciones entre la ordenación urbanística y el surgimiento de guetos urbanos. Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales, nº 130, p. 667-685, 2001. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/75127/45680>>.

PRADO, André Luiz Prado. Ao fim da cidade: conjuntos habitacionais nas bordas urbanas. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Disponível em: <http://rehabitare.direito.ufmg.br/?page_id=294>.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda et al. La espera como violencia de estado y la democracia sin espera: el caso de Vila Acaba Mundo". In: DIAS, André Luiz Freitas; MAYOS SOLSONA, Gonçal (Org.). Violaciones de derechos humanos, poder y Estado. Jundiaí: Paco, 2018, v. 1, p. 185-213.

SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

D-07 - PROJETO COLETIVO NOVAS FRONTEIRAS ENTRE O DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL

Referências temáticas

- 1) Tutela específica e conformação procedimental à tutela das obrigações. Mecanismos de tutela diferenciada e novos sistemas de resolução de conflitos. Limites para utilização das medidas coercitivas atípicas.
- 2) Ato ilícito e responsabilidade civil. Tutela processual do ilícito. Tutela inibitória.
- 3) Direito material e prova. Provas típicas e atípicas. Prova emprestada. Presunções, indícios e regras da experiência.
- 4) Contratualização das relações privadas, soluções consensuais de conflitos. Arbitragem. Contratualização do processo. Negócio jurídico processual.
- 5) Prescrição e decadência. Interseções entre direito material e direito processual. Prescrição intercorrente.
- 6) Autonomia privada. Revisão e resolução dos contratos. Mecanismos de tutela processual no ambiente contratual.
- 7) Litigiosidade repetitiva e mecanismos processuais para seu tratamento adequado. Precedentes. IRDR e recursos especiais e extraordinários repetitivos.
- 8) Garantias reais. Autotutela executiva. Modelos de execuções extrajudiciais.
- 9) Os modelos de desconsideração da personalidade jurídica e o incidente processual de desconsideração da personalidade jurídica. Possibilidades e limites.
- 10) Tutelas de cognição plena. Tutelas de cognição sumária. Acertamento judicial e coisa julgada.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Érico. Novas fronteiras da arbitragem: superação da discussão em torno da natureza contratual ou jurisdicional. *Revista de Processo*, vol. 305/2020, p. 461/491.

ANDRADE, Érico; FARIA, Juliana Cordeiro de; ZULBERTI, Martino. *Coisa Julgada – Aspectos comparados Brasil-Itália*. Indaiatuba: Editora Foco, 2022.

ANDRADE, Érico. PARENTONI, Leonardo Netto. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica in RODRIGUES, Marcelo Abelha; DE CASTRO, Roberta Dias Tarpinian; SIQUEIRA, Thiago Ferreira; NAVARRO, Trícia. *Desconsideração da personalidade jurídica. Aspectos materiais e processuais*. Indaiatuba: Editora Foco, 2023.

ARAÚJO, José Aurélio de. *Cognição sumária, cognição exhaustiva e coisa julgada*. São Paulo: Ed. RT, 2017.

CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções processuais*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.

CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. Negócios Processuais. Salvador: JusPodivm, Tomo 2 (2020).

CORREIA, Atalá. Prescrição: entre passado e futuro. São Paulo: Almedina, 2021.

COUTO E SILVA, Clóvis. A obrigação como processo. São Paulo: FGV, 2006.

DELFINI, Francesco. Autonomia privata e contratto. 3ª ed. Torino: G. Giappichelli Editore, 2019.

ELGUETA, Giacomo Rojas. Autonomia privata e responsabilità patrimoniale del debitore. Milano: Giuffrè Editore, 2012.

GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross. Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no Judiciário: uma análise empírica. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIMA, Alvino. Culpa e Risco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

LOPES, Christian Sahb Batista; SILVA, L. S. O. Dúvida acerca do método de resolução de disputa eleito pelas partes. Revista Brasileira de Arbitragem, v. 52, p. 101-154, 2016.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. Revisão contratual. São Paulo: Almedina, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. São Paulo: Editora RT, 2016.

MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Contratos imobiliários: impactos da pandemia do coronavírus. São Paulo: Editora Foco, 2020.

MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Direitos das Coisas. 5ª ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido. 2024.

PARENTONI, Leonardo Netto. Desconsideração Contemporânea da Personalidade Jurídica. São Paulo: Quartier Latin, 2015,

PATTI, Salvatore; POLI, Roberto (a curi di). Il ragionamento presuntivo. Torino: G. Giappichelli Editore, 2022.

RIBEIRO, Flávia Pereira. Desjudicialização da execução civil. 3ª ed. Curitiba: Juruá Editora, 2022.

TARUFFO, Michele. A prova. São Paulo: Marcial Pons. 2014.

TESCARO, Mauro. Decorrenza della prescrizione e autoresponsabilità: la rilevanza civilistica del principio contra non valentem agere non currit praescriptio. Padova: Cedam, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Novas perspectivas para atuação da tutela executiva no Direito Brasileiro: autotutela executiva e “desjudicialização” da execução. Revista de Processo, v. 315, maio 2021, p. 109-158.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Precedentes no Processo Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. Autotutela executiva. Execução extrajudicial positivada. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. ANÁLISE COMPARATIVA DO ACERTAMENTO JUDICIAL NO DIREITO ITALIANO E NO DIREITO BRASILEIRO. Revista de Processo, 336/2023, p. 47/82.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico; FARIA, Juliana Cordeiro de. O fracionamento da demanda no direito brasileiro: análise comparada com o direito italiano. Revista de Processo, vol. 344/2023, p. 325/357.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Prescrição e Decadência. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

TISCINI, Roberta. I provvedimenti decisori senza accertamento. Torino: G. Giappichelli Editore, 2009.